



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE MARÇO DE 2015

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Nenésio Afonso

Sebastião Pinheiro

Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 50 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Ana Rita (MLSTP/PSD) prestou homenagem à D. Alda do Espírito Santo, no dia em que fazem 5 anos do seu falecimento, felicitou as mulheres pelo dia 8 de Março e apelou à união das mulheres de São Tomé e Príncipe.

Também em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD), após felicitar as mulheres, lamentou a gama de assaltos no País e apelou à tomada de medidas para pôr cobro à situação.

Por sua vez, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (UDD) disse já estar na altura de o Governo pôr em prática o lema da República Democrática de São Tomé e

Príncipe “Unidade, Disciplina e Trabalho”, de forma a acabar com o vandalismo que se faz sentir no País.

O Plenário aprovou o voto de pesar n.º 01/X/1.ª/2015 – Pelo desaparecimento do ex-compositor e co-fundador do conjunto «Os Úntués», Sr. José da Vera Cruz Aragão. Interveio o Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD).

Por último, foi aprovada a resolução n.º17/X/1.ª/2015 – Dá assentimento ao Presidente da República para autorizar a presença da Fragata F333 Bartolomeu Dias da Marinha Portuguesa nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe. Fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Evaristo Carvalho (ADI), Delfim Neves (PCD) e Abnildo d’Oliveira (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo dos Nascimento d' **Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela dos Santos Ramos José da Costa **Pinheiro**
Adolfo Francisco Menezes de **Borjas**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira D'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de **Carvalho Viegas de Ceita**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel **Barbosa** dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo **Mendonça da Costa**
Ismael da Glória do **Espirito Santos**
Jorge **Sousa Pontes** Amaro Bondoso
Joaquim Salvador **Afonso**
José António do Sacramento Miguel
José Carlos Cabral D'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário **Fernando**
Manuel da Graça José Narciso
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossaquio **Perpetua** **Rioa**
Pedro **Jorge** de Abreu e Carvalho
Salcedas d'Alva Teixeira B. Cheida
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Wilder Monteiro **dos Santos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário **Crisóstomo**
Ana Isabel Meira **Rita**
António **Monteiro** Fernandes
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Carmelita Lima **Taveira**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Jorge Amado
José da Graça **Viegas** Santiago
Maria das **Neves** Ceita Batista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos da **Glória**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Oswaldo **Tavares dos Santos Vaz**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das Neves

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina **dos Prazeres**

Jorge Dias Correia

José Luís **Xavier Mendes**

União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes **Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje. Esta sessão resulta da reunião que tivemos na Comissão Permanente e se agendou um encontro para hoje.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para a leitura do Termo de Posse.

O Sr. **Secretário** (Nenésio Afonso): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos nove dias do mês de Março do ano dois mil e quinze, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos: Gabriel Barbosa dos Ramos, Joaquim Salvador Afonso, Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso, Manuel da Cruz Marçal Lima, Salcedas d'Alva Teixeira Barros Cheida e Wilder Monteiro dos Santos, em substituição dos Srs. Deputados Alberto Manuel dos Santos, Cecílio Quaresma, Elísio Teixeira, Elsa Maria Neto d'Alva Teixeira de Barros Pinto, Adérito Bonfim e Octávio Boa Morte, dos Círculos Eleitorais de Água Grande e Lembá, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário que o lavrou».

O Sr. **Presidente**: — Já agora, em nome dos meus colegas, as Sras. e os Srs. Deputados, e em meu nome próprio, quero felicitar a todas as mulheres do mundo inteiro em particular e, em especial, às mulheres de São Tomé e Príncipe, pela comemoração de mais um 8 de Março.

Quero por esta ocasião desejar-lhes muitos êxitos, destacando sobretudo o seu papel em prol da defesa e direitos das mulheres na nossa sociedade.

Aplausos gerais.

Dito isto, conforme vem no Boletim Informativo, temos um tempo reservado para o período de antes da ordem dia e, como os Srs. Deputados sabem, este período está reservado para a leitura dos anúncios e dos expedientes da Mesa, as declarações políticas dos grupos parlamentares, os assuntos de interesse político relevante e, eventualmente, a possibilidade de se emitir votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar.

A Mesa acabou de registar a inscrição de três Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e não sei se pretendem fazer as intervenções agora. Estamos no período de antes da ordem do dia, gostaria de saber em que quadro vão intervir. Se é alguma declaração política ou se é assunto de interesse relevante.

A Sra. Deputada pode dizer-me em que quadro vai intervir?

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Assuntos de interesse político relevante, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Isabel Meira Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estando o Plenário hoje reunido, no dia 9 de Março, não poderíamos deixar de enaltecer e homenagear aquela que foi uma grande nacionalista, aquela que foi a primeira mulher e até então a única a dirigir esta Casa Parlamentar, aquela cujos ensinamentos, posicionamentos e determinações contribuíram de forma determinante para a nossa autodeterminação e liberdade. Aquela que foi uma poetisa que sempre representou o País. Estou a falar da nossa querida e saudosa matriarca Alda do Espírito Santo.

Venho cá mencionar o nome de Alda do Espírito Santo, porque hoje justamente faz 5 anos que ela nos deixou.

Aplausos gerais.

Para quem acompanhou os últimos dias da vida de Alda do Espírito Santo, sabemos que ela partiu triste. Ela podia partir no dia 6, 7 ou 8 de Março. Até na morte ela foi prudente, não quis estragar a festa das mulheres, no dia 8, e partiu no dia 9 de Março. No meu entender, a D. Alda partiu sem ver os seus ideais realizados, por isso, acho que ela partiu no dia 9, para que nós as mulheres, depois da reflexão que fizemos no dia 8 de Março, continuássemos com essa reflexão no dia 9.

Precisamos reflectir sobre os problemas que nos enfermam e enfermam a nossa sociedade, afectando especificamente as crianças, os adolescentes, os jovens. Precisamos continuar a reflectir sobre o caminho a seguir para a consolidação do processo de emancipação e empoderamento da mulher. Lamentavelmente, sabemos que o mundo de hoje – e o nosso país não faz a excepção – continua ainda muito desigual e injusto. A nossa luta rumo ao desenvolvimento exige de nós a congregação de esforços, tanto de mulheres como de homens.

Bom, aproveito esta oportunidade, perante todos aqui presentes, para agradecer a Alda do Espírito Santo por todo o legado que nos deixou e, mesmo que ela tenha já partido, continua presente em nós todos os dias da nossa vida.

Para terminar, gostaria de saudar calorosamente todas as mulheres, de Caué a Pagué, as mulheres estrangeiras que residem e labutam connosco, aquelas mulheres que por uma razão ou outra, por razão de doença ou porque perderam um ente querido, não conseguiram celebrar o dia 8 de Março. Saudar a todas por mais esta data e convidar a todas para fazermos reflexões conjuntas para caminharmos juntas rumo ao desenvolvimento.

Juntas e de mãos dadas, pensamos que podemos fazer o melhor para o nosso país.

Obrigada a todos e bem-haja.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra à Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Não venho falar do dia 8 de Março, julgo que já muita gente falou, queria agradecer ao Sr. Presidente, em nome de todas as mulheres, pelas felicitações por este grande dia e fazer votos para que esse dia seja, de facto, dia para a reflexão de todos, homens e mulheres, para que possamos alcançar a verdadeira igualdade e equidade de género que todos almejamos.

Sr. Presidente, inscrevi-me para falar nesta sessão plenária, porque tenho um assunto que me preocupa e julgo que não só a mim, mas a todos os são-tomenses que acompanham atentamente a evolução do nosso país.

Somos um país que já serviu de referência ao nível mundial, se é que se pode dizer assim, em termos de civismo, em termos de comportamento das pessoas e, sobretudo, em termos de assaltos. O nosso país sempre serviu de referência e mesmo os estrangeiros, quando cá vinham, costumavam dizer que podiam deixar os seus objectos de uso pessoal nos hotéis, saíam, regressavam e encontravam tudo lá. Ninguém mexia. As pessoas podiam andar nas ruas a qualquer momento, sem qualquer problema. Mas essa situação está a complicar-se, Sr. Presidente. A tendência está a inverter-se. Estamos agora com novas formas de crime. Homens mascarados assaltam residências privadas, roubam e não só, também aproveitam para violar as pessoas.

Ainda anteontem fui ver o caso de uma senhora que vive sozinha, os assaltantes, logo três, mascarados, entraram na casa dela, roubaram o que quiseram, amarraram-na na casa de banho e, antes de saírem, insultaram-na e violaram-na. Portanto, isto é algo complicado. Primeiro, o efeito que isso tem em qualquer mulher, em qualquer família, depois a consequência que isso poderá trazer, não se sabe qual é o estado de saúde da pessoa e do violador, isto é bastante preocupante.

Ouvimos aqui que um casal de namorados estava a andar pela zona de Filipinas, agrediram o namorado, pegaram a namorada e violaram-na. Homens mascarados! E isso continua!

Também tive conhecimento de que um estrangeiro saiu de um restaurante e ao entrar no seu carro pela porta do condutor, o assaltante entrou por outro lado com uma faca, pegou na sua saca e todos os bens que trazia, e pôs-se em fuga.

Portanto, são coisas que nos levam a uma reflexão. O que fazer? Porque nos atinge a todos! Hoje aconteceu com essas pessoas, amanhã não sabemos quem será a próxima vítima. Daí que gostaria de pedir ao Governo que analisasse esta questão, na perspectiva de não só reforçar o policiamento, mas que se tome medidas no sentido de se pôr cobro a esta situação.

Dizemos que temos um país muito bonito, toda gente quer que se desenvolva o turismo em São Tomé e Príncipe, temos potencialidades para tal, mas temos que criar condições para que os que vêm e os que aqui residem possam estar e dormir de forma tranquila, sem sobressaltos.

Por isso, quero apelar a todos e ao Governo, todos temos responsabilidades perante essa situação, de denunciar os casos que existem e que medidas sejam adoptadas, no sentido de se pôr cobro a esta situação.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Está registada a preocupação da Sra. Deputada Maria das Neves e creio que estando cá o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que certamente tomou boa nota, tendo a Sra. Deputada feito apelo ao Governo, acredito que o Sr. Ministro encontrará uma forma para tratar esse assunto.

Gostaria de recordar às Sras. e Srs. Deputados que houve uma vontade expressa, numa das intervenções da Sra. Deputada Elsa Pinto, durante a sessão plenária do passado dia 13 de Fevereiro, em que fez um apelo para homenagear, digamos assim, alguém que teve um grande relevo na nossa cultura. Portanto, a Mesa, na altura, registou essa proposta e decidiu, nos termos do ponto 1 do artigo 89.º do Regimento da Assembleia Nacional, avançar com o projecto de voto de pesar pelo desaparecimento físico do ex-compositor e co-fundador do conjunto «Os Úntués», o malgrado Sr. José da Vera Cruz Aragão. É esta proposta que a Mesa vem sugerir ao Plenário, no sentido de a adoptarmos após a sua aprovação. Mas antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, convido o Sr. Deputado Felisberto Afonso para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Quero salientar cá nesta Casa que fui um dos jovens revolucionários de 1975. Também quero dizer abertamente a todos aqui presentes que, enquanto estamos cá, temos o nosso papel a desempenhar. Não estamos cá a defender ninguém. Por isso digo que não sou Deputado da esquerda nem da direita, sou pela realidade. O povo está preocupado connosco. Temos um país doente e enquanto o Governo não acordar para meter ordem, disciplina e trabalho, nunca mais seremos um país condigno. Tenho a firme certeza de que o Governo não consegue dar emprego a toda gente. Este país está de rastos, não sei o que está por detrás. Não vim cá para estar sentado na minha cadeira, vim aqui para dizer aquilo que sinto.

São Tomé e Príncipe está a desaparecer, paulatinamente! Muitas pessoas que não têm emprego não conseguem resolver os seus problemas e o vandalismo está a tomar conta de tudo! Até o próprio trabalho do Governo está a ser invadido pelo vandalismo e até agora o Governo não fala nada.

Não sei se o Governo está à espera do Orçamento Geral do Estado para pôr o País em ordem, disciplina e trabalho. Estou confuso! Porque não podemos estar à espera de apoio dos parceiros, para pormos o País em ordem, disciplina e trabalho, não sei, porque casos internos que podemos resolver.

Por último, quero dizer ao Governo que uma cabeça pensa bem, mas duas pensam melhor.

O Sr. **Presidente**: — Agora convido o Sr. Secretário a fazer a leitura do projecto de voto de pesar.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mesa da Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Regimento da Assembleia Nacional, o seguinte:

1. Honrar a memória do Sr. José da Vera Cruz Aragão, pelo extraordinário contributo, de muitas décadas, por si prestado à cultura nacional e, em especial, à música;
2. Expressar publicamente, através deste voto de pesar, a sua maior consternação e endereçar à família enlutada a sua solidariedade, bem como as suas profundas e sinceras condolências.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 13 de Fevereiro de 2015.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

O Sr. **Presidente**: — Agora, gostaria de saber da parte dos Srs. Deputados se podemos adoptar o texto ou se por ventura há alguma sugestão de melhoria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que devíamos tirar «a Mesa» e deixar apenas «Assembleia Nacional».

O Sr. **Presidente**: — Muito o brigado Sr. Deputado. Mais alguma proposta de alteração? Não havendo, passemos à votação do voto de pesar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos passar ao assunto da ordem do dia que é análise e votação, na generalidade, especialidade e final global da proposta de resolução n.º 10/X/1.ª/2015, que dá assentimento ao Presidente da República

para autorizar a presença da Fragata F333 Bartolomeu Dias da Marinha Portuguesa ao Porto de São Tomé, no âmbito do exercício internacional Obangame Express 2015.

Segundo informações que obtive dos serviços, quando é voto de pesar, vota-se no global. Eu sempre referi que me sujeito àquilo que os meus assessores dizem. Eles têm prática e disseram-me que quando é o caso de voto de pesar, em princípio não se procede assim. Se fosse um projecto de resolução, aí sim. É um voto de pesar.

Convido o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, para apresentar a proposta.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela): — *Falou fora de micro.*

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo à leitura da «Resolução n.º 17/X/1.ª/2015. Preâmbulo.

Considerando a necessidade de se autorizar a presença da Fragata F333 Bartolomeu Dias da Marinha Portuguesa ao Porto de São Tomé, no período de 13 a 20 de Março, no âmbito da cooperação existente entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República de Portugal;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição da República, para autorizar a presença da Fragata F333 Bartolomeu Dias da Marinha Portuguesa ao Porto de São Tomé, no âmbito do exercício internacional Obangame Express 2015, no período de 13 a 20 de Março.

Artigo 2.º

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 5 de Março de 2015.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder à votação na generalidade da resolução.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Votação na especialidade, artigo por artigo.

Preâmbulo. Alguma proposta de melhoria, Srs. Deputados?

Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, proponho que em vez de «Porto de São Tomé» seja «águas territoriais de São Tomé e Príncipe».

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais alguma proposta?

Então, passa a ser «nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe».

Vamos votar o preâmbulo com esta emenda.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Então podemos avançar com a apreciação do artigo 1.º.

Há alguma emenda?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, tínhamos decidido não fazer qualquer intervenção nesta e noutras matérias, porque normalmente as intervenções providas dos Deputados do PCD são tidas como alguma ameaça e, por isso, tem que haver bloqueio e, de vez em quando, até chantagem. No entanto, se for bem feito colhemos todos o louro e se for mal feito seremos todos conhecidos como alguém que não sabe o que faz.

Temos que ver o que diz a Constituição sobre esta matéria. Compreendo que fica subentendido que se tratando de um navio militar, está-se a dar autorização à presença dos militares, mas não é o caso. O que vem na ordem do dia e naturalmente vendo a solicitação do Governo, do jeito que foi feita a resolução não se enquadra na alínea n) do artigo 97.º da Constituição. Vou ler o que diz: «Dar assentimento ao Presidente da República para autorizar a participação das Forças Armadas em operações em território estrangeiro...»

– isto é, quando são as nossas tropas a participarem em operações no estrangeiro – «...ou a presença de forças armadas estrangeiras em Território Nacional, sob proposta do Governo.» Portanto, «presença das forças armadas». Estamos a dar assentimento ao Presidente da República para autorizar os militares que vêm nesse navio a fazerem operações militares ou a permanecerem no Território Nacional, no período solicitado pelo Governo. Não é a fragata como tal. A fragata é um navio, um meio de transporte. Portanto, quem dá autorização à entrada de navios, normalmente, são os serviços. Sendo um navio de guerra, é a Marinha Militar, composta por outros sectores como a IMAP, ENAPORT e as Alfândegas. Assim, não é competência da Assembleia Nacional e muito menos do Sr. Presidente da República autorizar o navio a entrar no Porto. Agora, estamos a falar da essência. É um navio de guerra, mas traz homens. O que estamos a fazer aqui é dar assentimento para que as Forças Armadas Portuguesas desembarquem ou permaneçam na Fragata, no Território Nacional.

O Sr. **Presidente**: — É uma sugestão sua, mas no fundo não altera muito a essência daquilo que se pretende dizer aqui nessa resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, por isso mesmo tínhamos dito que não queríamos fazer intervenções, porque em vez de serem tidas como subsídios, são tidas como se fossem sugestões avulsas, mesmo frisando as leis e a Constituição. Portanto, não é uma sugestão minha. Eu li o que diz a Constituição. Se houver interpretações outras, tudo bem, mas não é a minha sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acho que fez uma proposta. Então, neste caso, gostaríamos de saber como é que pretende que fique o texto. É só para ajudar. O que é que se deve incorporar no texto, para melhorá-lo?

É só para lembrar ao Sr. Deputado que tivemos uma reunião da Comissão Permanente, em que esse assunto foi sobejamente abordado e eventualmente até chegamos ao ponto de ver todas essas questões. Gostaria de saber a opinião de outros grupos, no sentido de avançarmos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para uma intervenção, mas gostaria de fazer uma ressalva.

Sr. Deputado Delfim, gostaria de dizer-lhe apenas o seguinte: o Sr. Deputado tem toda liberdade de usar o microfone quando quiser. Não pode estar a pensar que há alguma necessidade de alguém coarctar-lhe a palavra. Estamos em democracia e quando for a sua vez o senhor terá toda a liberdade de o fazer. É apenas isso que eu gostaria de ressaltar.

Pode intervir, Sr. Deputado Abnildo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Estamos na discussão na especialidade deste projecto de resolução e, no meu entender, o texto está correcto, na medida em que subentende que, tratando-se de um navio militar, é dirigido por forças militares. Está subentendido que há forças militares estrangeiras no navio. Portanto, o texto está correcto.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir, podemos adoptar o texto como está, eventualmente com a emenda «nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe».

Vamos votar o artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 48 votos a favor e 1 abstenção.

Artigo 2.º.

Não sei se é devido ao rescaldo do 8 de Março, porque certamente algumas pessoas envolveram-se em festas, se calhar alguns Srs. Deputados acompanharam as suas companheiras aos festejos do dia, não os sinto activos nesta sessão de hoje.

Murmúrios.

Passemos à votação do artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 48 votos a favor e 1 abstenção.

Votação final e global da resolução.

Submetido à votação, foi aprovado, com 48 votos a favor e 1 abstenção.

Srs. Deputados, encerramos assim o nosso trabalho de hoje.

Eram 11 horas e 50 minutos.